

A VALORIZAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Robert Kennedy dos Santos Melo
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
robertkennedysm@hotmail.com

Samára Assunção Valles Jorge
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
samaravalles@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi verificar os efeitos e o cumprimento da lei nº 11.738/2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), bem como os demais aspectos determinantes para a efetiva valorização dos profissionais da educação do município de Cáceres-MT. Adotamos como método de pesquisa o materialismo dialético, por sua inequívoca capacidade de “mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.” (FRIGOTTO, 2000, p. 77). Assim, foi feita uma pesquisa com referencial bibliográfico robusto, análise de documentos extraídos de *sites* oficiais (nacional e municipal) e pesquisa de campo com entrevista baseada em roteiro semiestruturado, aplicada aos sujeitos envolvidos diretamente na implementação, aprovação, manutenção e avaliação das políticas de educação, empreendidas pelo município, visando a valorização da carreira, no período compreendido entre 2010 e 2018.

DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas de educação certamente permeiam a possibilidade de existência de demais políticas sociais que juntas têm importância e capacidade ímpar de promover sociedades mais justas, menos desiguais e, porque não, mais humanas. Sendo a política pública de educação primordialmente capaz de promover condições de construção das demais políticas sociais, os ataques contra ela representam o cerceamento dos direitos fundamentais à dignidade humana e à vida em sociedade. E, assim, os ataques à educação se multiplicam, tomando variadas formas, sempre empreendidos no bojo da ideologia neoliberal, que vê na educação pública uma fonte inesgotável de lucros e possibilidades de formação de outro *ethos* educacional.

E, se o neoliberalismo não nasceu aqui na América Latina, isso não torna seus efeitos atenuados, ao contrário, sua capacidade destrutiva e corrosiva para com o Estado de bem-estar social, em países centrais, é arraigada de forma muito singular nos países que compõem esse bloco. Conseqüentemente, na esteira da acumulação capitalista, a hegemonia da ideologia mercantilista, na qual tudo se resume a produtos e clientes, tem cada vez mais proposto a desregulamentação estatal, bem como a descentralização como mediadas necessárias para o “salto de qualidade da educação”, criando assim o caminho necessário para o mercado da educação.

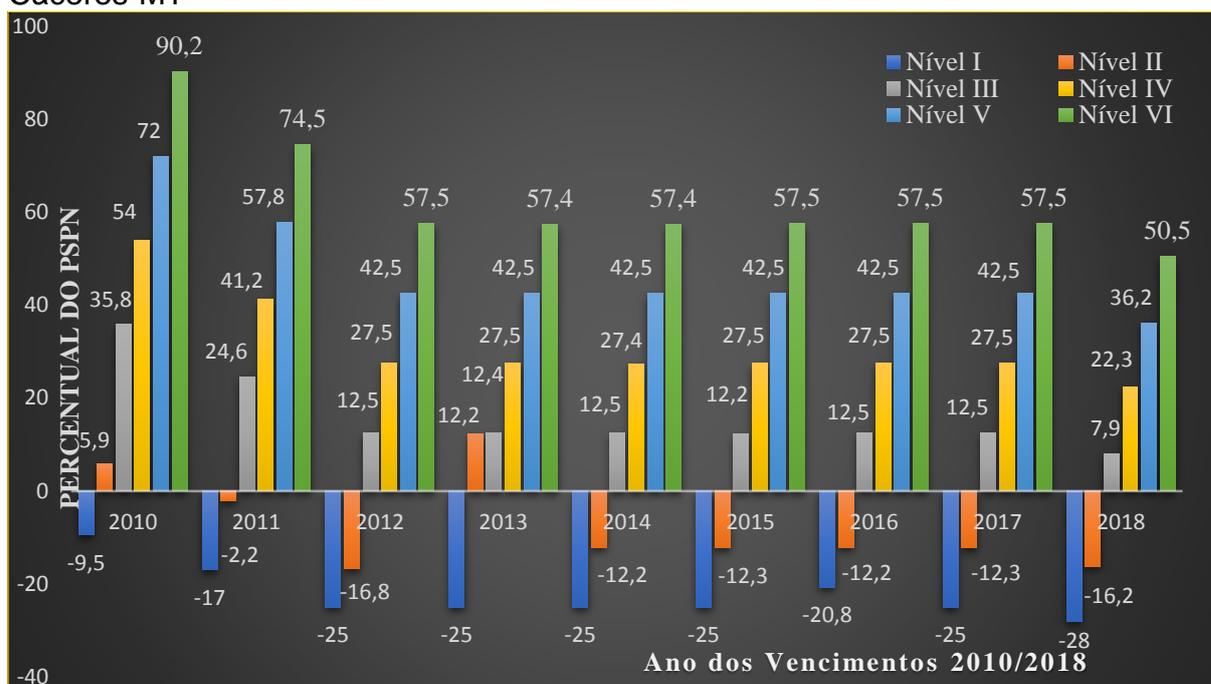
Algo similar, guardadas as proporções, aconteceu nos Estados Unidos e na Inglaterra, ainda na década de 1980, quando o presidente Ronald Reagan prometia em seu programa eleitoral “desregulamentar a escola pública, extinguir o Departamento Federal de Educação *busing* (miscigenação escolar).” (LAVAL, 2020, p. 111).

Dessa mesma forma, a política educacional tem sido organizada e reorganizada no Estado brasileiro, mesmo que em breves momentos tenham havido rupturas e inflexões, essas não mudaram o curso tomado. Não obstante, a situação nos estados e municípios da federação tem se desenhado a mesma prática. Isso, claro, coloca a pesquisa social – mais ainda o pesquisador em educação – em uma necessidade maior de investigar os efeitos nefastos por estas provocadas. Portanto, a proposição desta pesquisa se ancorou em analisar as possíveis alterações e impactos pós-aprovação e implementação da lei nº 11.738/2008 (PSPN) na rede municipal de ensino de Cáceres, bem como as determinantes que circundam a valorização dos profissionais de educação do município, no bojo de seu Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que concerne à valorização salarial, a análise de dados referentes aos anos de 2010 a 2018 demonstraram um achatamento dos salários pagos pelo executivo municipal, ano após ano, aos profissionais da educação municipal. Como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Comparativo dos vencimentos pagos pelo executivo municipal de Cáceres-MT



Fonte: Elaboração própria.

Através da análise dos dados salariais, é possível identificar o achatamento salarial nas tabelas salariais e de reajustes do piso, indicando que o Executivo municipal entende que piso pode e deve ser teto, além da ocorrência da não liberação, com ônus ao ente federado, para formação continuada de professores.

Verificamos também que o PCCS está demasiadamente defasado, já que foi aprovado no ano de 2008. Também observamos que durante o período da pesquisa não houve liberação, de forma remunerada, dos professores para formação continuada em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Tabela 1 – Cáceres-MT: total de professores efetivos/concursados com pós-graduação entre os anos 2011 a 2018

Ano/ Nível formação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Especialização	125	112	106	96	94	96	92	161
Mestrado	03	01	01	01	02	02	02	09
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	01

Fonte: Laboratório de Dados Educacionais.

Conforme os dados apresentados na tabela, é possível verificar que o número de professores efetivos da Secretaria Municipal de Educação, com nível em especialização, teve tímido aumento de 2011 a 2018, somando um total de 36 professores a mais com especialização, quando comparamos o período. Já em nível de mestrado, esse aumento mostrou-se ainda menos relevante, com um total de 6

professores com essa titulação. Em nível de doutorado, os números são ainda mais pífios, com apenas um professor com essa titulação, durante o interstício pesquisado.

Os resultados obtidos na entrevista com os sujeitos envolvidos na construção e promoção das políticas de educação do município reforçam também o descumprimento da valorização pelo viés da formação inicial e continuada de professores, uma vez que o Executivo municipal não somente deixou de incentivar a formação continuada dos profissionais, mas gerou empecilhos contundentes ao negar a licença para formação e qualificação com ônus para o município. Ainda com base nos dados da entrevista, os professores do município sofrem com desvios de função, doenças ocupacionais e a incerteza de provimento de novas vagas, advindas por concursos público, uma vez que o Executivo municipal tem optado por promover seleções para contratação de professores.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

O resultado da pesquisa indica um alinhamento estrito entre a macro e a micropolíticas, evidenciando e caracterizando o enraizado ideário neoliberal que se projetou na política do Estado brasileiro, no bojo das reformas pós-1990. Os efeitos nefastos propagados na política educacional dilaceram e precarizam, cada dia mais, os trabalhadores da educação e o ensino de forma mais ampla.

Em relação a outros aspectos diretos e determinantes para a valorização dos professores, as pesquisas documental e empírica, realizadas neste estudo revelam contradições imperativas quanto à carreira. Isso porque, conforme os documentos analisados, em particular o PCCS, as respostas de ambos os entrevistados apontaram para um descaso com a necessidade de reformulação e atualização da estrutura da carreira. Também é possível identificar o descumprimento do PCCS para com a valorização pelo viés da formação inicial e continuada de professores, uma vez que o Executivo municipal não somente deixou de incentivar os profissionais a tal prática, mas gerou empecilhos contundentes ao negar a licença para formação e qualificação, com ônus para o município.

Desta feita, mostra-se bem configurada a cartilha neoliberal de sucateamento dos bens públicos, reduzindo-os a condição de serviço precarizado, a fim de transformá-lo em mercadoria. Esse ideário, é claro, tem origens na forma como a

burguesia capitalista compreende a sociedade como a própria organização empresarial, “apagando a historicidade das instituições e transformando-as em miniorganizações empresariais de prestação de serviços – saúde, segurança, previdência etc.” (CHAUÍ, 2018 apud FREITAS, 2019, p. 49).

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luís Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/auxiliares>. Acesso em: 18 jul. 2021.

LAVAL, Chistian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2020.